

Principales títulos

Centrales Sindicales del Cono Sur redactan documento para la Cumbre Hemisférica

Uruguay buscará un modelo similar de Tratados de Inversión para el Mercosur

Argentina propone salvaguardias por tres años

TLC con Estados Unidos y servicios públicos: La otra cara de la moneda...



Aladi prevé adelanto de la integración Mercosur y Can

La Asociación Latinoamericana de Integración (Aladi) celebró ayer su 25º aniversario y el actual secretario general de la Aladi, el ex canciller Didier Opertti, adelantó a los medios de comunicación presentes que en la próxima reunión de jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones, que tendrá lugar en septiembre en Brasilia, los mandatarios de los 10 Estados integrantes de ese ámbito político regional podrían adoptar la decisión de adelantar los plazos de la integración total de los bloques Mercosur y CAN (Comunidad Andina de Naciones).

En efecto, el cronograma establecido para la integración prevé que se llegue a la etapa de desgravación arancelaria total en el año 2014. Según Opertti, en el encuentro de septiembre se valorará la posibilidad de acelerar el proceso de modo de alcanzar ese estado de relaciones en 2010. Opertti confirmó el interés de acercarse a la organización por parte de algunos países centroamericanos que hoy no forman parte de la misma (concretamente Panamá y Costa Rica), y sostuvo que la proyección de intercambio económico entre los países miembro para 2005 es de 70.000 millones de dólares, tratándose principalmente de productos industriales y manufacturados con alto índice de valor agregado. (*La Republica*, 13/08/05)

Brasil y Uruguay ratifican acuerdos fronterizos

Uruguay y Brasil repasaron ayer en Montevideo su agenda de temas comunes al instalarse el mecanismo de Consultas y Concertación Política con una extensa reunión entre los viceministros de Relaciones Exteriores, Samuel Pinheiro y Belela Herrera.

Al terminar la reunión se labró un acta de 32 puntos que arrojan avances con relación a la reciente reunión de nivel ministerial. Ayer estuvieron presente los cónsules uruguayos en Chuy, Yaguarón y el recientemente nombrado de Quaraí, porque varios de los temas tienen relación con la zona fronteriza. Uruguay anunció que nombrará cónsul en Florianópolis, donde hay una gran comunidad oriental, sin contar el turismo.

Também se avançou em temas de energia, dando impulso a la ampliación de la interconexión eléctrica entre los dos países. Hubo compromiso para poner en funcionamiento un mecanismo de monitoreo del intercambio comercial y definir obras de infraestructura.

Los vicescancilleres coincidieron en temas multilaterales, como el impulso y la reforma institucional del Mercosur, la reforma de las Naciones Unidas y las negociaciones de la Organización Mundial de Comercio, coordinadas a través del G-20 y el grupo Cairns. (*La Republica, 09/08/05*)

Argentina propõe salvaguardas por três anos

A proposta da Argentina de implementação de salvaguardas na relação comercial com o Brasil prevê que uma eventual adoção de um mecanismo de proteção – Cláusulas de Adaptação Competitiva- CAC- com duração de três anos, postergáveis por mais um ano. Prevê ainda, segundo a chancelaria argentina, a institucionalização de um comitê para monitorar o intercâmbio comercial entre os dois países. A idéia é que sejam adotadas barreiras comerciais no caso de as importações de um país crescerem a ponto de prejudicarem a produção do país importador.

As restrições já vêm sendo adotadas pela Argentina, mas informalmente e de forma unilateral em alguns casos. No mês passado, o Brasil, que até agora rechaçava a demanda argentina de institucionalização desse tipo de mecanismo, aceitou discutir o tema.

Para determinar se as importações de um produto realmente estão fora do padrão e se causam danos à produção local, a proposta sugere que se avalie a evolução do comércio daquele setor nos cinco anos anteriores para detectar possíveis discrepâncias.

Em caso de comprovação de danos à produção - o prazo para essa avaliação, pela proposta argentina, não poderia passar de 60 dias-, aplicaria-se ao produto a mesma tarifa que pagam os países de fora do Mercosul, a TEC (Tarifa Externa Comum).

O tema será tratado na reunião que ocorre em Buenos Aires no dia 18/08, entre representantes dos governos brasileiro e argentino para avaliação dos setores que estão sendo monitorados. (*Folha de São Paulo 17/08/2005*)

Mercosul prepara nova oferta automotiva para a UE

O Mercosul está preparando uma melhora da oferta do bloco para o setor automotivo na negociação com a União Européia. As montadoras de Brasil e Argentina já chegaram a um entendimento, que depende da aprovação dos governos. Os ministros do bloco do Cone Sul devem acenar com uma abertura mais ampla do setor automotivo, caso haja uma contrapartida da UE em agricultura, durante a reunião dos dois blocos no dia 2 de setembro, em Bruxelas.

Segundo fontes próximas à negociação, a nova proposta do setor privado é bastante parecida com aquela que havia sido apresentada pelo Mercosul em maio de 2004. A oferta prevê o fim gradativo das tarifas de importação do Mercosul em 10 anos após o início da vigência do acordo.

O bloco também deve conceder uma cota que estaria de imediato isenta de tarifas. O tamanho da cota ainda é motivo de discussão. A Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) propõe 60 mil veículos, 40 mil para o Brasil. A Associação de Fábricas de Automóveis (Adefa), da Argentina, prefere uma cota menor.

Fontes ligadas à negociação também duvidam da pressa do governo argentino em fechar o acordo com a UE. O país está no meio de um processo eleitoral e seria complicado para o presidente Nestor Kirchner se comprometer com aberturas de mercado impopulares. A posição dos fabricantes de autopeças também não está clara.

A última oferta de abertura do setor automotivo do Mercosul na negociação com a UE, entregue em setembro de 2004, foi motivo de muita reclamação dos europeus, que disseram que o bloco havia piorado sua proposta. A oferta também previa um cronograma de desgravação em 10 anos, mas somente após oito anos de vigência do acordo. Ou seja, seriam 18 anos para a retirada total das tarifas, o mais amplo prazo concedido para qualquer produto. E a cota era de apenas 25 mil veículos.

Técnicos dos quatro países do Mercosul se reúnem hoje e amanhã em Montevidéu, capital do Uruguai, para se preparar para a retomada das negociações. Além do setor automotivo, o Mercosul estuda melhorar as ofertas em serviços e investimento.

O diretor do departamento de negociações internacionais do Itamaraty, Regis Arslanian, confirma que houve um entendimento entre Anfavea e Adefa para melhorar a proposta do Mercosul, mas não revela qual foi a mudança. "Estamos estudando quais os possíveis movimentos, que só serão efetuados caso haja contrapartidas substanciais da UE em agricultura", diz o embaixador. "É um sinal muito positivo que os setores privados do setor automotivo se entenderam". A Anfavea informou que não vai se posicionar oficialmente. (*Valor Econômico 18/08/2005*)

Brasil e Bolívia firmam acordo sobre imigrantes nos dois países

Um acordo de regulação migratória, firmado há pouco entre Brasil e Bolívia, deve beneficiar imigrantes dos dois países que estão na ilegalidade. "Esse é um acordo para ajudar muitas pessoas que estão em situação irregular. Isso não significa que as pessoas que continuem a chegar se beneficiarão nem que a vigência do acordo é eterna", explicou o embaixador do Brasil na Bolívia, Antonino Mena Gonçalves. "A regularização terá que ser feita em 12 meses." O acordo foi assinado pelos ministros de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e da Bolívia, Armando Loaiza, no Ministério das Relações Exteriores boliviano. Segundo o embaixador brasileiro, o acordo vai beneficiar principalmente a comunidade boliviana que vive no Brasil. (*ALADI, 15/08/05*)

Intercambio energético PDVSA-ANCAP

Los gobernantes Hugo Rafael Chávez Frías y Tabaré Vázquez, suscribieron una serie de acuerdos de intercambio comercial en las áreas energética, agroindustrial e infraestructura, que fortalecen las relaciones entre Uruguay y Venezuela.

De los convenios firmados en la sede del gobierno uruguayo, destaca la ampliación, mediante inversión conjunta, de la capacidad de refinación de crudo venezolano en la procesadora montevideana La Teja, que tiene una capacidad ociosa en la actualidad de 8.000 barriles de crudo de 159 litros por jornada de un tope de 50.000 a máximo nivel. El carburante procesado se destinará al consumo doméstico de Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay, los cuales, junto al país oriental, son miembros del Mercado Común del Sur (Mercosur), del cual Venezuela es miembro asociado desde diciembre de 2004.

Las estatales energéticas Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA) y Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (ANCAP), acordaron la explotación conjunta de un bloque de reservas de hidrocarburos situados en la faja petrolífera del río Orinoco, estimada como el mayor yacimiento petrolero del planeta. En el sector aéreo, se rubricó un convenio de cooperación entre las empresas Consorcio Venezolano de Industria y Servicios Aéreos (Conviasa) y las Primeras Líneas Uruguayas de Navegación Aérea (Pluna).

Otra área contemplada en la serie de acuerdos, abarca la industria de alimentos, en la que se establece, en acuerdo firmado por los titulares de Agricultura y Tierras venezolano y Agricultura y Ganadería uruguayo, la venta de lotes de ganado bovino uruguayo a Venezuela, en aras de consolidar la producción doméstica de carnes y disminuir progresivamente la dependencia de la importación del rubro. El intercambio comercial bilateral, potenciado recientemente tras la primera Macro Rueda de Negocios Venezuela-Uruguay celebrada en Caracas, recibirá un mayor apoyo de los dos Estados al acordarse la promoción de créditos financieros e iniciativas que faciliten la producción privada y la reciprocidad de ambas economías. (*Argenpress, 17/08/05*)



Para Amorim, prioridade hoje é OMC, não ALCA

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que considera necessário "colocar a Alca [Área de Livre Comércio das Américas] novamente nos trilhos", mas que, no momento, o Brasil

prioriza a OMC (Organización Mundial del Comercio). "Sem saber o que vai haver em matéria de subsídios agrícolas, fica até difícil falar em Alca, porque fica difícil saber o que pedir", disse.

O ministro demonstrou ceticismo quando questionado sobre a previsão do secretário do Tesouro americano, John Snow, de que a aprovação do Cafta-DR (acordo dos EUA com a América Central) pelo Congresso dos EUA impulsionará a Alca. "Espero que as palavras do senhor Snow se traduzam na prática. Se com um percentual tão pequeno de exportação como é o do Cafta houve tanta dificuldade no Congresso, imagino como será com a produtividade brasileira". (*Folha de São Paulo- Global 21, 04/08/05*)

TLC con Estados Unidos y servicios públicos: La otra cara de la moneda...

El gobierno de Colombia 'negocia' con los Estados Unidos un Tratado de Libre Comercio (TLC) que lesionará de manera grave la soberanía de la nación, el patrimonio estatal, los bienes públicos, el desarrollo económico y el bienestar de nuestro pueblo.

Entre otros factores, es imposible competir porque las desigualdades entre el aparato productivo de los Estados Unidos y el nuestro, son abismales. Para no hablar de las diferencias en el desarrollo de infraestructura física, servicios públicos, y conocimiento científico y tecnológico.

El esquema de negociación que se está aplicando en el TLC con los andinos, parte de las mismas propuestas para el ALCA y contempla no sólo los temas iniciales, sino que incluye otros tópicos, que no eran objeto de negociación en el ALCA. El gobierno de Uribe Vélez está negociando temas relacionados con la agricultura, con diversos sectores de la producción industrial y todos los servicios, no sólo los domiciliarios, sino, ambientales, turísticos, financieros, educativos, de salubridad. Además se discute aspectos relacionados con actividades no sólo económicas, sino sociales y culturales.

Muchos de los temas sobre los que se adelanta la negociación, implican acceder a modificaciones constitucionales, que hacen más regresiva la legislación vigente y que resignan, de manera abierta y sin ninguna consideración, cualquier posibilidad de desarrollo de nuestra nación: la entrega de la soberanía alimentaria; la amenaza sobre las telecomunicaciones (a través de la venta transfronteriza de servicios); decisiones que afectan a todos los servicios públicos domiciliarios; la eliminación progresiva de los aranceles y las barreras no arancelarias, y eliminación de las medidas que regulan y restringen el comercio entre los países participantes; el establecimiento de una legislación nacional que sea más favorable a la inversión extranjera; la liberalización de las áreas de pensiones, salud, educación y demás servicios, incluidos los públicos domiciliarios; la participación de los monopolios extranjeros en las licitaciones y el acceso a las compras estatales; la creación de tribunales supranacionales y privados que resuelvan las disputas entre los monopolios y los estados, es decir, una justicia que esté por encima de las legislaciones nacionales; la promoción y el reconocimiento de los derechos de propiedad intelectual (garantía para las multinacionales, del pago de derechos por el uso de patentes, marcas y modelos, no sólo en lo relacionado con la innovación industrial, sino también en lo cultural, artístico y tecnológico); en cuanto a los subsidios, su aplicación en una sola vía; el establecimiento de la 'libre y leal competencia', en especial en lo relacionado con imponer restricciones a las empresas del Estado.

Para la firma del tratado faltan por lo menos dos rondas de negociación. Sin embargo, por las profundas diferencias y reiteradas protestas de diversos gremios del sector agropecuario y otros, por la oposición de importantes organizaciones sindicales, sociales y políticas, como la CUT, la Gran Coalición Democrática, senadores de Alternativa Democrática, como Jorge Enrique Robledo del MOIR, del Polo Democrático y algunos de los partidos tradicionales, además de otra amplia gama de opositores, incluso unos pocos que tienen su origen en el uribismo, pero no comparten esta política, la suerte del tratado es incierta.

(resumen de la Ponencia presentada por Oscar Gutiérrez Reyes al Primer Congreso de Usuarios y Defensores de los Servicios Públicos, realizado en Bogotá el 21 y 22 de julio de 2005) (*Argenpress, 08/08/2005*)

Acordo com UE pode sair no início de 2006

Um acordo entre Mercosul e União Européia para a importação de veículos com tarifa zero (atualmente a taxa varia de 25% a 35% no Mercosul) pode finalmente sair do papel no início de 2006.

O acordo, nos moldes em que está sendo discutido entre as importadoras situadas no Mercosul e os 25 países da Europa, poderá trazer até 42 mil veículos importados ao Brasil por ano, dos quais cerca de 3,7 mil já estariam reservados às quatro montadoras com matriz naquele bloco representadas pela Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), que são a BMW, a Maserati, a Porsche e a Ferrari.

Pelo acordo, as montadoras teriam direito a cota zero, ou próxima disso, para 60 mil veículos para todo o Mercosul, entre carros de luxo e populares. (*Gazeta Mercantil, 18/08/2005*)



ONU: Hora de la verdad para declaración de cumbre

Thalif Deen

La ONU se acerca a un momento decisivo sobre un proyecto de declaración clave que deberá aprobar en septiembre. La declaración de la próxima sesión plenaria de la Asamblea General de la ONU, que se realizará del 14 al 16 de septiembre y contará con la participación de casi 180 jefes de Estado y gobierno, fijará la agenda de desarrollo para la próxima década.

Asimismo, propondrá nuevas medidas para reestructurar el foro mundial y resolver problemas económicos y sociales, incluidos la pobreza y el hambre, que afligen a los países más pobres.

Las críticas más duras al proyecto de declaración, de 37 páginas, procedieron del Grupo de los 77 (G-77), integrado por 132 países en desarrollo, que representan la abrumadora mayoría de los 191 países miembros de la ONU, que manifestó decepción porque la propuesta de declaración se concentra más en la reforma de la estructura de la ONU que en "un tratamiento más profundo" de problemas económicos y comerciales.

Estados Unidos también criticó el proyecto de declaración, pero por la razón opuesta: demasiada atención al comercio y a la economía.

En un informe de 174 páginas sobre la reforma de la ONU, la Comisión recomendó incorporar al foro mundial organismos de supervisión al estilo empresarial y crear más órganos de control de la corrupción y la mala administración.

En la reunión a puertas cerradas de esta semana, el G-77 advirtió que el proyecto debería reclamar el fin del uso abusivo de barreras no arancelarias, incluso de normas técnicas, que restringen injustamente el acceso de los productos de países en desarrollo a mercados de países industrializados, y el fin de los subsidios a las exportaciones de países ricos. Asimismo, reclamó trato especial y diferenciado para los países en desarrollo y medidas correctivas para la volatilidad de los precios de los productos básicos y lamentó que el documento no mencione la reforma del Fondo Monetario Internacional ni del Banco Mundial, cuya estructura está dominada por los países ricos donantes. (FIN/2005) - Este artículo y todos los otros envíos de "other news" están disponibles en <http://bolivar.c.topica.com/maadPwkabjefmb4kEtSb/>

Uruguay buscará un modelo similar de Tratados de Inversión para el Mercosur

Desde 1997 se han firmado unos 2.200 acuerdos similares entre países en desarrollo y las potencias; Uruguay firmó 25 ".

En el debate que se trabó en el Congreso Uruguayo (4 de agosto) los parlamentarios del Partido Nacional y del Partido Colorado (Larrañaga y Sanguinetti) criticaron duramente la posición del gobierno Tabare Vasquez, con argumentos que "la población no eligió un gobierno para que el gobierno consulte a otros países sobre temas que

sólo incumben a los uruguayos".; que el Mercosur se ha convertido en "zona de encierro", y "nos está excluyendo de la zona de mayor comercio mundial: Estados Unidos y China"; que las únicas "inversiones reales que actualmente hay" proceden de España y Finlandia, con quien Uruguay tiene "tratado de inversiones"; que la solución de controversias, uno de los puntos más cuestionados, no crearía problemas porque que "nuestra Constitución en el artículo 6, dice que todas las diferencias en tratados internacionales, serán resueltas por arbitrajes u otros medios pacíficos"; que esperar una definición del Mercosur es el peor error que podemos cometer (....) Nos estamos subordinando a Brasil en plena crisis del Mercosur, y eso es muy grave".

En respuesta, Alberto Couriel focalizó la "posición unánime de la bancada (FA/EP) calificó de "inaceptables", la afirmaciones y dijo " Lo que queremos es reforzar el Mercosur", para que "todos" los tratados de inversión a futuro, sean objeto de este tratamiento, "no solo éste, con Estados Unidos". Enfatiza que los inversionistas no vinieron "en los últimos años a Uruguay, porque no les dimos las condiciones". En cuanto a los arbitrajes, "por supuesto que aceptamos un tribunal arbitral, el problema es cómo se designan. Los paneles arbitrales, no son todos iguales".

Retomando la línea de "revitalizar el Mercosur" se pregunta: "Si es bueno coordinar políticas macro, por qué no coordinar los tratados de inversión"? Concluye anunciando la "tesis" que Uruguay a través de un grupo especial a nivel de la secretaría pro t mpore del Mercosur, buscará resolver en el segundo semestre de 2005, la coordinación de tratamiento a los tratados de inversión. (*fuentes, La Republica, 05/08/05*)

ONGs criticam a falta de um acordo

Os países da Organiza o Mundial do Comércio demonstraram falta de lideran a ao serem incapazes de adotar as decis es esperadas semana passada para andamento da Rodada de Doha, faltando pouco para a reunião ministerial de dezembro, disseram na sexta-feira diversas organiza es n o-governamentais. "Os resultados s o decepcionantes. H  uma falta total de vontade e de liderança política", disse Céline Charveriat, responsável pela campanha de Comércio da Oxfam Internacional.

A ativista apontou que após três dias de negocia es, os 148 países da OMC, reunidos no Conselho Geral, foram incapazes de tomar decisões sobre os principais aspectos da negocia o, como agricultura, os serviços ou o acesso aos mercados para bens industriais (Nama).

Os países da OMC não chegaram neste mês, como estava no cronograma, a um acordo chamado de "primeira aproxima o" sobre os assuntos em negocia o, algo considerado essencial para a prepara o de Hong Kong e, em conseq ncia, para conseguir que a Rodada de Doha acabe em 2006.

O diretor-geral da OMC, Supachai Panitchpakdi, pediu, num discurso de despedida, aos 148 países-membros da institui o, que intensifiquem o trabalho e tenham valor político para tomar as decisões que a Rodada de Doha precisa. Ele ressaltou que os países "têm muito trabalho pela frente, mas o que se fez serve para identificar as áreas nas quais há op es".

"Os países têm que estudar todas as modalidades na agricultura, acesso a mercados para produtos industriais, serviços e outros". Pelo cronograma da rodada, um acordo deveria ser fechado até dezembro, na reunião ministerial de Hong Kong, o que hoje parece muito difícil de ocorrer. Supachai termina seu mandato em 31 de agosto, sem ver, portanto, uma sinaliza o do final da rodada. Será substituído pelo francês Pascal Lamy a partir de 1  de setembro.

Os subdiretores escolhidos por Lamy serão os atuais embaixadores do Chile na OMC, Alejandro Jara, e Ruanda, Valentine Rugwabiza, o ex-diplomata indiano Harsha Singh e o americano Rufus Yerxa, que já exerce esse cargo com Supachai desde 2002. Lamy disse que "os próximos meses serão decisivos para as negocia es da Rodada de Doha.

O secretário de Comércio de Hong Kong, John Tsang, que será o presidente da ministerial de dezembro, pediu aos governos demonstrar liderança política e determina o para conseguir o êxito dessa reunião e da Rodada de Doha. Após o recesso de férias, "restarão 13 semanas. O tempo está acabando e há muito trabalho técnico", disse Tsang, que também advertiu que se em Hong Kong se repetir o fracasso de Cancún (2003), quando não houve acordo na reunião

ministerial, "perderemos una oportunidad única para mejorar a economía global". (*Gazeta Mercantil, 01/08/2005*)

Empresas Transnacionales

Nestlé faz do Brasil pólo de exportação de lácteos à AL

A Nestlé fará do Brasil seu pólo de exportação de lácteos na América Latina. Conforme o presidente da multinacional suíça no país, Ivan Zurita, a competitividade da produção local de leite e o potencial de expansão da atividade no Brasil explicam a aposta da empresa, que exporta leite em pó e leite condensado.

Neste ano, a Nestlé planeja diversificar mercados e começar a exportar também para o México, que fechou acordo sanitário com o governo brasileiro. O novo mercado estimulará investimentos no Brasil. "Nosso mapa de exportação prevê uma fábrica só para atender o México", disse Zurita, durante evento em São Paulo. Em 2004, o Brasil embarcou o equivalente a 250 milhões de litros em produtos lácteos para países da África e América Latina, entre outros, e a Nestlé respondeu por 55% das vendas. (*Valor Econômico, 29/07/08*)

Trabajo

Centrales Sindicales del Cono Sur redactan documento para la Cumbre Hemisférica

La Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur (CCSCS) elaboró un documento que contiene cuatro o cinco ejes estratégicos para el armado de políticas activas de empleo, el cual formará parte de un documento macro que será presentado en la Cumbre hemisférica de los presidentes de las tres Américas, que se llevará a cabo los días 4 y 5 de noviembre en la ciudad de Mar del Plata. El secretario general de la CCSCS, Javier Silva, informó que dicho documento terminará de ser redactado la próxima semana en Panamá, en una reunión que contará con la participación de las centrales sindicales de las tres Américas.

Paralelamente, Silva anunció que, en el marco del seguimiento y la coordinación de la agenda para la integración regional, el presidente de la República, Tabaré Vázquez estableció que durante la presidencia pro t mpore del Mercosur, tiene previsto llevar a cabo tres o cuatro grandes encuentros, entre los que destacó uno sobre energía, con los presidentes, y otro con los sindicatos. Entre los meses de agosto y noviembre, los representantes de la Ccscs van a visitar los distintos ámbitos del Mercosur, a los efectos de presentar sus propuestas en tal sentido, que van desde el reclamo de mayor integración para abatir las consecuencias nefastas de las políticas neoliberales aplicadas en el región en años anteriores; un reparto más equitativo de las inversiones que puedan llegar a la región; y la aplicación de políticas diferenciales para mujeres y jóvenes, que han sido los sectores más castigados durante los últimos años. (*La Republica, 29/07/05*)

El desempleo es el mayor reclamo de los paraguayos

La creación de más fuentes de trabajo ocupa el primer lugar entre los reclamos de los paraguayos a su presidente, Nicanor Duarte, quien el lunes cumplir  dos años al frente del gobierno.

Casi 30% de los consultados por el Instituto de Comunicación y Arte -al frente de una encuesta nacional- señalaron la necesidad de 'más fuentes de trabajo', mientras 23% destacaron la seguridad ciudadana y el 22,8% la reactivación econ mica. Se estima que hoy está desempleada 36,6% (1.600.000 personas) de la población económicamente activa de Paraguay.

Enraizados como uma enfermidade endêmica aqui, o desemprego e o subemprego contam entre os principais desafios do presidente Nicanor Duarte, incluídos em os eixos programáticos de seu governo. Agora só 40% de os entrevistados considerou regular a atuação de Duarte, se bem que o Executivo é quem está melhor posicionado entre os três poderes do Estado. Faz dois anos, o nível de aceitação do desempenho do chefe de Estado chegava a 70%.

O maior logro de sua gestão tem que ver com a luta contra a corrupção, segundo afirma 32,8% de os entrevistados, que a qualificaram de 'forte' em este sentido. Outra investigação pública, efetuada por a consultora Gabinete de Estudos de Opinião (também com motivo do segundo aniversário de a atual administração), determinou que um de cada quatro cidadãos considera que Duarte governa em benefício do povo. (*Argenpress, 13/08/05*)

João Felício assume a presidência da CUT

Depois de semanas de debates internos, a executiva da CUT definiu, no dia 29/08, o nome do professor João Felício como sucessor do agora ministro do Trabalho, Luiz Marinho, na presidência da central. Felício, ex-presidente da CUT – gestão 2000-2003 – assume uma CUT fragilizada por discordâncias internas sobre a relação com o governo.

Novo presidente da central defende autonomia em relação a governo e PT, cobra 'operação mãos limpas' no país e diz que CUT será mais ousada do que sob Marinho na luta por mudanças na economia.

Perguntado se haverá mudanças na sua condução política, Felício diz que é possível e anuncia que a "CUT não é uma correia de transmissão entre o sindicalismo e o governo ou o PT. Esse tipo de relação promíscua leva à perda da representatividade, e não é o governo que manda na CUT, são os sindicatos filiados".

Negando que seu cargo de secretário sindical do PT terá alguma influência no seu trabalho na CUT, Felício foi veemente ao afirmar que poderá haver conflitos entre a central, o PT e o governo, já que o sindicalismo defende interesses específicos que podem contrariar o partido e o governo. "Se da agenda mínima constar a queda dos juros, mais verbas para a habitação, a saúde ou a agricultura familiar, ok. Se for mais ortodoxia, não contem com nosso apoio".

Apesar de considerar que a condição de ministro de Luiz Marinho pode favorecer as negociações da CUT com o governo, Felício garante que a grande aposta da central agora será a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS, articulação que congrega movimentos como o MST, a UNE, pastorais sociais e outros) e o fortalecimento da luta por mudanças na política econômica.

"A CMS é a aglutinação do que existe de mais ético no Brasil, e estaremos organizando atos em todos os Estados. Sempre acreditei na mobilização, e sempre gostei de greve. Dizem que tenho mais horas de greve do que em sala de aula", brincou Felício. Mas, segundo ele, o momento exige ousadia e pressão sobre o governo, e "a CUT vai ser mais ousada do que foi até agora", garante.

A principal mobilização da CMS ocorreu no dia 16 de agosto, em Brasília, com a presença de mais de 20 mil pessoas, quando a coordenação entregou um documento ao Presidente pedindo a redução dos juros e do superávit primário e a apuração e punição dos escândalos de corrupção.

Para o presidente da CUT, que se empolga sempre quando fala em greve, um dos seus alvos principais será também o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, a quem acusa de pagar salários miseráveis para o funcionalismo estadual e de estar sendo blindado nesta crise que assola o país. "Também queremos levantar a questão das 58 CPIs no Estado que estão paradas na Assembleia Legislativa".

A indicação de Felício como novo presidente da Central, as correntes internas da CUT. Segundo Jorge Luís Martins, o Jorginho, membro da Executiva pela corrente CUT Socialista e Democrática, a CUT acabou se perdendo em uma relação pessoal e sentimental com o governo, a quem deu um cheque em branco sem debate político. Neste sentido, avalia, João Felício não trará mudanças em relação a Marinho porque estará espremido pela reeleição de Lula a qualquer preço.

Para a secretária de Políticas Sociais da CUT, Gilda Souza, da Corrente Sindical Classista, ligada ao PCdoB, Marinho e Felício têm perfis diferentes. "Na gestão Marinho ficamos sem saber quais eram os limites da relação com o governo. Ele era muito negociador, muito próximo a Lula.

Felício sempre foi mais combativo, vai mais à rua, e implementa as ações com base nas resoluções da central. A política da CUT provavelmente não vai ser muito diferente, mas o estilo, sim". (fonte: *Carta Maior* 01/08/2005)

Uruguay: Trabajadores y empresarios de la industria y el comercio cerraron su acuerdo salarial

Más de 80 grupos de trabajo ya han firmado sus acuerdos, teniendo como resultado que más del 50% de los trabajadores perciban un incremento en sus haberes superior al 30%, según informó el dirigente del PIT-CNT Milton Castellanos. El gremialista destacó que después de 15 años sin negociación colectiva se está finalizando esta ronda, esperando que cierren los 95 grupos de manera satisfactoria, tras dos intensos meses de diálogo continuo.

En tal sentido, informó Castellanos, ayer arribaron a una solución la Federación Unica de Empleados del Comercio y de la Industria (Fueci) y la Cámara Nacional de Comercio y Servicios (CNCS), lo cual posibilitó que más de 100 mil trabajadores firmen los próximos días un acuerdo definitivo.

Sobre los incrementos salariales ya alcanzados, Castellanos dijo que 200 mil trabajadores recibirán aumentos por encima del 30% de sus actuales haberes e incluso existen rubros, como ser los guardias de seguridad o funcionarios de empresas de limpieza, que alcanzarán un 40% de aumento, ya que eran categorías extremadamente sumergidas.

Entretanto, algunos sectores intermedios percibirán alrededor del 10% y otros que tenían convenios vigentes, como ser los bancarios, transporte de pasajeros, construcción, metalúrgicos, y se encontraban en una situación más cercana, recibirán aumentos del entorno del 5%.

Con relación a los demás grupos, se espera que la fecha tentativa final del viernes establecida por el gobierno apesure el cierre de los pendientes, aunque la situación está bastante trabada en algunos sectores, como ser el de transporte de cargas terrestres, la pesca, los gráficos y el taxi, entre otros. No se descarta que en estos casos deba estirarse el cierre definitivo para la próxima semana, cuando se votará en la interna de los grupos, y en caso de no lograrse una mayoría simple, recién ahí pasará el ejecutivo a decretar el incremento.

Castellanos recordó que superada esta etapa de la negociación colectiva que buscaba mejoras salariales vendrá una segunda fase más técnica, que pasará por una evaluación de las tareas desarrolladas durante la primera fase, la cual comenzará seguramente la próxima semana.

Después se pasará a un análisis de los cambios tecnológicos que han experimentado las tareas que desempeñan los trabajadores, propiciándose --de esa manera-- una reformulación de las categorías laborales, ayudando así a definir más precisamente futuras negociaciones. Dicha etapa demandará alrededor de seis meses y variará según el rubro y sus avances.

Tras este instancia, se estudiarán las condiciones de trabajo de cada sector y en mayo del año que viene se formarán nuevamente los grupos para volver a negociar los incrementos salariales. (*La Republica*, 18/08/05)

El Gobierno le anuncia a la CGT nueva convocatoria al Consejo del Salario

El presidente Néstor Kirchner anunciará esta semana, frente a la conducción de la CGT, una nueva convocatoria al Consejo del Salario, con el objetivo de ajustar las asignaciones familiares y el seguro de desempleo. También se conocerá en los próximos días la incorporación de los básicos de los últimos 100 pesos no remunerativos otorgados por decreto presidencial, según trascendió.

El secretario general de la CGT, Hugo Moyano, tiene previsto entrevistarse con Kirchner, y no se descarta que en ese encuentro el líder sindical impulse una nueva suba del salario mínimo, actualmente en 630 pesos.

Con respecto a las asignaciones familiares, el Gobierno dispondría elevar el tope hasta el cual se cobran, pasando así de 2.025 a 2.500 pesos, pero aún se desconoce si habrá mejoras en los montos.

En la actualidad, la asignación por hijo va de 30 a 60 pesos, según el ingreso del trabajador; la CGT pretende que ese rango se ubique entre los 45 y 75 pesos.

En cuanto al seguro de desempleo, la intención oficial es extender su cobertura, que en la actualidad alcanza a solo 60 mil personas.

Por ese motivo, en el Ministerio de Trabajo flexibilizarían los requisitos para el cobro de ese subsidio, que a la vez podría extenderse a los trabajadores contratados "en negro".

Casi la mitad de los acuerdos se alcanzaron con básicos que no superan los 600 pesos - El 46% de los acuerdos laborales firmados en el primer semestre del año fijaron salarios básicos iniciales por debajo del mínimo, vital y móvil, que es de 630 pesos, de acuerdo con un informe elaborado por el Ministerio de Trabajo. Según la información oficial, entre enero y junio de este año se negociaron más convenios que en todo 2004, y en el 84 por ciento de los casos se acordaron mejoras salariales. Los convenios negociados en el primer semestre involucraron a un millón y medio de trabajadores, de los cuales 600 mil pertenecen al sector comercio, el más numeroso.

El documento de la cartera de Trabajo, titulado "Estado de Negociación Colectiva", dio cuenta además de que la cantidad de empleados amparados por convenios renegociados este año equivale al 37% del total de los asalariados registrados en el sector privado. (*Diario Gremial 17 y 18/08/2005*)

Estados Unidos: Aumenta la crisis sindical

El sindicato de Trabajadores Unidos de la Industria de Alimentos (UFCW) y el Comercio anunció su salida de la entidad tal como ya hicieron los camioneros y el gremio de los empleados de la Industria de Servicios. El adiós del 1.400.000 miembros de la UFCW incrementó la cifra de disidentes de la American Federation of Labor y el Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) a más de cuatro millones. En el día de apertura del Congreso cuatro sindicatos, encabezados por la Unión Internacional de Trabajadores de Servicios, el mayor de los que integran la organización, anunciaron que no participarán en la convención cuatrienal de la entidad en Chicago.

Los cuatro sindicatos forman el núcleo de la llamada Coalición por el Cambio para Ganar, constituida ahora por siete sindicatos nacionales, y que conjuntamente representa más de un tercio del total de 13 millones de agremiados en los 56 sindicatos de la AFL-CIO.

Encabezada por John Sweeney, la AFL-CIO prometió reformas durante su congreso pero los gremios en desacuerdo consideraron que el planteamiento llegó demasiado tarde. Joe Hansen, presidente de la UFCW, en una carta enviada a Sweeney el viernes indicó que: 'La tradición y los éxitos del pasado no bastan para enfrentar retos nuevos'.

Los que se apartan estiman que la federación dedicó mucho dinero y esfuerzo a las campañas de políticos, especialmente de los demócratas y abogan por más recursos para reclutar nuevos miembros. Dirigente de la entidad dijeron que sus sindicatos miembros aportaron 225 mil activistas el día de las elecciones nacionales en noviembre de 2004, y hogares sindicalizados constituyeron 24% de voto emitido en esas elecciones.

Analistas del sector consideran que esta es la peor crisis en los 50 años de existencia de la AFL-CIO. Por ejemplo, la organización que cuenta con 13 millones de afiliados en 61 federaciones, representa a menos del 12% de los trabajadores del país, y apenas el 8% de los empleados en el sector privado. Los cambios dentro de la central también tienen enormes consecuencias en el ambiente político y social estadounidense, ya que la misma es la organización social más poderosa de la nación.

La segmentación de los sindicatos ocurre cuando las autoridades intentan disminuir los beneficios de los trabajadores y las grandes empresas sacan al mercado exterior grandes cantidades de empleos en busca de mano de obra barata. (*Argenpress, 25/07/2005 e 31/07/2005*)

Recibirán con un paro a la Cumbre de las Américas

La Central de Trabajadores Argentinos (CTA) decidió esperar la IV Cumbre de las Américas, el 4 de noviembre en Mar del Plata, con un paro y una movilización nacionales. En un documento titulado No al ALCA, Sí a la Integración de América, adoptado en reunión de su dirección nacional (08/08), se indica que en esa reunión Estados Unidos intentará, por un lado, profundizar los acuerdos del libre comercio.

Añade que cientos de organizaciones sociales, sindicales y políticas acudirán allí para celebrar la III Cumbre de los Pueblos y propender a la integración, como rechazo al modelo neoliberal, así como debatir y proponer políticas alternativas y soberanas.

Claudia Baigorria, miembro de la dirección nacional de la CTA, puntualizó que otro lema de la movilización es 'No a la militarización, Sí a la soberanía popular', para rechazar, en particular la fuerte presencia castrense del gobierno de Estados Unidos en la llamada Triple Frontera (Argentina, Brasil y Paraguay).

Otra de las consignas, dijo, constata que los pueblos de América no son deudores, sino acreedores de la deuda social, histórica y ecológica. Los latinoamericanos, opinó, debemos definir cómo vamos a cobrar esa deuda 'porque hoy el problema es adónde van a parar los recursos que se producen y se generan en cada uno de nuestros países'. (*Argenpress 09/08/2005*)

La inclusión laboral de los jóvenes: entre la desesperanza y la construcción colectiva.

El deterioro creciente de las condiciones de vida y de trabajo en América Latina, la profunda agudización de las desigualdades sociales, la inequidad en la distribución de los ingresos, el aumento del desempleo, el continuo crecimiento del sector informal, la implementación de políticas sociales basadas en "planes y subsidios", son algunas de las muestras de una realidad a la que nos hemos comenzado a habituar y a naturalizar.

En este marco, los jóvenes, y más aún los jóvenes en situación de pobreza, han sido y son uno de los sectores más perjudicados por la aguda crisis de la región. Las altas tasas de desocupación, que en promedio duplican a las de los adultos, junto con la baja calidad y escasa productividad del trabajo al que pueden acceder, se han convertido en uno de los problemas públicos centrales en nuestros países.

Ahora bien, se trate de la formación para mejorar las condiciones de empleabilidad o de la formación para el autoempleo o el desarrollo de emprendimientos, surgen algunas preguntas clave y son ellas, en gran medida, las que motivaron el esfuerzo conjunto de esta publicación, que intenta analizarlas y reflexionar desde lo que sucede en las prácticas:

- * ¿A qué nos referimos cuando hablamos de "trabajo" o de "inserción laboral" hoy?
- * ¿Qué sucede con los jóvenes el día después de la formación?
- * ¿Cuáles son los trayectos pedagógicos y metodológicos necesarios para lograrla?
- * ¿Cuáles son las condiciones para considerar un trabajo "de calidad" y en qué medida esa inclusión colabora en la construcción del proyecto de vida de los jóvenes?
- * ¿En qué contexto político y de participación activa de los jóvenes se da esa inclusión?
- * ¿En qué medida se mejora la calidad de vida de los jóvenes y sus familias?
- * ¿Cuál es el papel de los distintos sectores y actores de la comunidad?

Notas: Pueden solicitar el envío completo del libro (881kb) por correo electrónico en archivo pdf a eabdala@adinet.com.uy

Y pueden bajar el artículo de la página de Cinterfor -<http://www.cinterfor.org.uy/jovenes/>